

POLÍTICA EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS, IMPORTÂNCIA E DESAFIOS

Elza de Arruda Solidade Oliveira¹
Janis Christine Angelina Cavalcante²
Josefa Pollyanne Lafayette da Costa³
Paula Cleonice Lafayette Vasconcelos⁴
Polyvana Laura Cordeiro Lafayette Simões⁵

RESUMO: O artigo discute a importância das políticas educacionais voltadas à Educação Infantil no Brasil, sendo reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica e um direito garantido por documentos legais e normativas. Ao longo da história, as creches passaram por muitas transformações, indo de espaços assistencialistas para ambientes educativos, no qual a criança passou a ser compreendida como um ser de direitos e tornando-se protagonista do seu próprio desenvolvimento. O texto ressalta a importância do brincar, das interações e das experiências vivenciadas na Educação Infantil, e se baseia em ideais e pensamentos de grandes estudiosos, como Piaget e Vygotsky. Destaca-se também o papel fundamental do professor, cuja formação e valorização são essenciais para garantir práticas pedagógicas de qualidade. E embora existam avanços legais e novas perspectivas sobre esse tema, ainda persistem muitos desafios para o bom funcionamento das práticas estudadas, como exemplo a falta de vagas em instituições, infraestrutura inadequada, desigualdades sociais e a desvalorização dos profissionais da educação. Diante disso, torna-se indispensável o fortalecimento das políticas públicas, o investimento na formação docente e a ampliação da parceria entre escola, família e Estado para assegurar uma Educação Infantil mais justa, inclusiva e de qualidade para todas as crianças.

1

Palavras-chave: BNCC. Desenvolvimento infantil. Formação docente. Inclusão. Políticas públicas.

ABSTRACT: The article discusses the importance of educational policies aimed at Early Childhood Education in Brazil, recognized as the first stage of Basic Education and a right guaranteed by legal documents and regulations. Throughout history, daycare centers have undergone many transformations, evolving from welfare-oriented spaces into educational environments, where children came to be understood as individuals with rights and protagonists of their own development. The text emphasizes the importance of play, interactions, and experiences lived in Early Childhood Education, and is based on the ideas and theories of renowned scholars such as Jean Piaget and Lev Vygotsky. It also highlights the fundamental role of teachers, whose training and professional recognition are essential to ensure quality pedagogical practices. Although there have been legal advances and new perspectives on this topic, many challenges still remain for the effective implementation of the studied practices, such as the lack of vacancies in institutions, inadequate infrastructure, social inequalities, and the devaluation of education professionals. Therefore, strengthening public policies, investing in teacher education, and expanding the partnership between school, family, and the State are indispensable to ensure a fairer, more inclusive, and higher-quality Early Childhood Education for all children.

Keywords: BNCC. Child development. Teacher education. Inclusion. Public policies.

¹Doutoranda em Ciências da Educação na Universidad de la Integración de las Américas.

²Doutoranda em Ciências da Educação na Universidad de la Integración de las Américas.

³Doutoranda em Ciências da Educação na Universidad de la Integración de las Américas.

⁴Doutoranda em Ciências da Educação na Universidad de la Integración de las Américas.

⁵Doutoranda em Ciências da Educação na Universidad de la Integración de las Américas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca explorar uma reflexão sobre a Educação Infantil no Brasil, que nos últimos anos vem sendo progressivamente reconhecida como uma importante etapa do processo educativo do cidadão, e que por sua vez, se consolidou como um direito da criança e um dever do Estado e da família. Essa abordagem passou a ganhar mais relevância mediante a Constituição Federal de 1988, no artigo 208, que inclui as creches e as pré-escolas como parte integrante do sistema educacional:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (BRASIL, 1988).

Antes de existir as políticas voltadas à infância, as instituições se apresentavam em sua maioria, com abordagens assistencialistas, focadas principalmente em abrigar as crianças enquanto os pais exerciam seus trabalhos. A partir das mudanças sociais e de políticas educacionais, a classe infantil se torna protagonista no seu processo de aprendizagem.

Nesse contexto, é essencial o papel das políticas públicas voltadas à Educação Infantil, que se tornam imprescindíveis na garantia do acesso e permanência às instituições de ensino, e na qualidade do atendimento oferecido às crianças desde os primeiros anos de vida, sempre buscando respeitar suas especificidades, necessidades e singularidades.

Diante disso, este artigo propõe-se a discutir de maneira mais aprofundada o percurso histórico das políticas de educacionais infantis no Brasil, destacando seus avanços ao longo do tempo, assim como também compreender os desafios enfrentados no cenário atual educacional. Além disso, busca-se refletir sobre processo de desenvolvimento infantil em sua totalidade, considerando aspectos cognitivos, motores e sociais, reconhecendo a criança como um ser de direitos, inseridos em contextos que influenciem diretamente na sua formação integral.

EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEITO E IMPORTÂNCIA

No Brasil, a Educação Infantil é parte da primeira etapa da Educação Básica, sendo reconhecida oficialmente pela Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), que garantem acesso à educação de todo cidadão em desenvolvimento, sendo um dever do estado, da sociedade e da família. Essa normativa abrange o atendimento a crianças de 0 a 5 anos de idade em creches e pré-escolas e buscando como objetivo o seu desenvolvimento integral, incluindo os aspectos físicos, intelectuais e sociais (BRASIL, 1996).

Quando se é falado sobre o conceito de Educação Infantil, é válido abordar que essa ideia irá além de se ter apenas cuidados assistenciais, sobretudo no que se refere às creches, onde durante muito tempo se acreditou que o objetivo era voltado para a proteção física, higiene e alimentação das crianças, especialmente em instituições mais carentes. Entretanto, com os avanços relacionados as pesquisas que dizem respeito à infância e ao desenvolvimento humano, a criança passa a ocupar um lugar onde há reconhecimento de seus direitos, sendo capazes de interagir, produzir cultura e construir conhecimentos desde cedo (KRAMER, 2003).

Há muito tempo já se falava sobre a importância de se trabalhar a primeira infância na formação do cidadão, Piaget (1971), contribuiu efetivamente para a compreensão dessa etapa, quando afirmou que a criança constrói ativamente seu conhecimento por meio da interação com o meio. O avanço cognitivo é trabalhado justamente nessa fase, onde as crianças organizam e reorganizam suas estruturas mentais. Nesse sentido, as políticas educacionais voltadas pra educação infantil devem oferecer experiências significativas, que respeitem o ritmo e a curiosidade da criança, valorizando o brincar como forma essencial de aprendizagem e desenvolvimento.

Mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reforçou em sua abordagem a indissociabilidade entre educar e cuidar, ou seja, não existindo separação entre os dois, pois ao mesmo tempo em que uma criança está tendo cuidados (alimentação, higiene, descanso, segurança), ela também está exercendo sua aprendizagem, e enquanto aprende também está sendo cuidada. No mesmo caminho as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), em seu Artigo 4º, definem a criança como:

Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (BRASIL, 2009).

Ao considerar a importância da temática, é possível refletir a respeito de muitos estudos, especialmente os de áreas da psicologia, neurociência e pedagogia, que evidenciam que os primeiros anos de vida do ser humano são cruciais e formadores de estruturas cognitivas e emocionais, que acabam por tornar a Educação Infantil parte importante para a construção de autonomia e de vínculos, e também o desenvolvimento de habilidades como o da fala e linguagens, da mesma forma que abrange a inteligência socioemocional. Portanto, investir nas políticas de educação infantil significam promover equidade, pois oferece às crianças desde cedo oportunidades de crescimento que muitas vezes não estão disponíveis em seus contextos

familiares, contribuindo com o desenvolvimento social e para uma sociedade mais justa e democrática.

PERCURSO HISTÓRICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Historicamente é possível observar o surgimento das creches, que foram criadas com o objetivo de cuidar dos filhos das operárias para que elas pudessem trabalhar com mais tranquilidade, isso foi registrado na Europa no início do século XVIII. No Brasil, o caminho percorrido foi o mesmo, o ingresso de mulheres mães ao mercado de trabalho fez surgir as creches do país no final do século XIX. Esses espaços tinham caráter predominantemente assistencialista e filantrópico, mas essa visão começou a mudar a partir da década de 1980, quando impulsionada por correntes feministas, as creches começam a ser vistas também como um espaço educativo. Diante desse movimento, a criança passa a ser considerada como um ser social.

Para Kramer (1993) crianças são cidadãs e possuem direitos, essencialmente os básicos como saúde, educação e proteção, e que devem ser garantidos pelo Estado com qualidade. Ele também ressalta a importância de se formarem crianças conscientes e autônomas, e aponta que a obtenção desse objetivo só é possível se os adultos responsáveis por elas, especialmente os professores, forem valorizados, com boa formação, salários justos, plano de carreira e condições dignas de trabalho. Ou seja, não é possível ensinar cidadania sem garantir dignidade a quem educa. (p. 54 - 55).

A partir dessa visão, a educação infantil, inicialmente abordada nas creches passou a integrar a oficialmente a educação básica, e ser regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), assim como também reafirmada pela Lei nº 8.069/1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Todos esses marcos consolidam a responsabilidade do Estado em oferecer as Políticas Educacionais de forma gratuita, removendo barreiras financeiras e assegurando que o acesso seja universal, independente de classe social. E obrigatória, nos casos de pré-escola, onde assume o dever de disponibilizar vagas necessárias para que a educação comece cedo, justamente na fase de desenvolvimento da criança.

Mesmo com os avanços legais, é comum encontrar desafios na aplicação destas Políticas, Kramer (1993) destaca que muitas instituições ainda não conseguem oferecer um atendimento de qualidade. E isso acontece principalmente devido a problemas relacionados a falta de

infraestrutura, a carência de profissionais habilitados e as diversas desigualdades sociais, que acabam dificultando o acesso e a permanência das crianças nos locais adequados.

Nesse ponto, reconhecer o percurso histórico das Políticas Educacionais Infantis é fundamental para compreender as práticas atuais e planejar novas ações futuras, focadas em perspectivas mais justas e inclusivas que valorizem e estimulem o desenvolvimento pleno das crianças no Brasil.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: A BNCC NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento com definições normativas para reger as aprendizagens essenciais que os estudantes brasileiros devem desenvolver durante o processo de Educação Básica, desde a Educação Infantil até o Médio. Foi homologada a partir do ano de 2017, pelo Ministério da Educação e tornou-se referência obrigatória para elaboração dos currículos das instituições das redes públicas e privadas em todo território nacional (BRASIL, 2017).

Ao focar na compreensão de uma grande curricular destinada à Educação Infantil, é percebido que são necessárias algumas particularidades distintas das demais etapas da escolarização. Para Kramer (2007), o currículo desta grade de ensino deve ser entendido como um conjunto de experiências e vivências construídas a partir das relações das crianças com outras crianças, com os adultos e com o meio em que vivem e frequentam.

Em complemento, Kishimoto (2010), ressalta que principalmente nesta etapa, a matriz curricular não deve se basear apenas em disciplinas, e sim em práticas pedagógicas que valorize as múltiplas linguagens da criança, por meio do brincar que deve ser compreendido como atividade central do currículo. Dessa forma, o processo assume uma visão mais integrada e menos fragmentada considerando a criança por completo, uma vez que, nessa fase as brincadeiras constituem uma linguagem fundamental da infância.

Na mesma linha de pensamento, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), se aproxima dessa concepção quando afirma que o currículo infantil deve ser organizado a partir dos eixos estruturantes que são as interações e as brincadeiras:

Considerando que, na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se [...] (BRASIL, 2017).

Com essa ideia central, a BNCC na Educação Infantil estrutura a organização curricular propondo cinco campos de experiências focados na aprendizagem, são eles: 1) O eu, o outro e o

nós; 2) Corpo, gestos e movimentos; 3) Traços, sons, cores e formas; 4) Escuta, fala, pensamento e imaginação; e 5) Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. (BRASIL, 2017). Essa abordagem busca garantir o direito da criança em se expressar, conviver, explorar e se conhecer melhor, garantindo práticas lúdicas e criativas e rompendo com o antigo ensino conteudista.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES VOLTADO AO ENSINO INFANTIL

Tão importante quanto estabelecer políticas para educação infantil, está a formação docente, pois a qualidade das experiências vivenciadas pelas crianças está altamente relacionada aos planos e concepções estabelecidas pedagogicamente, assim como aos saberes e as atividades de ensino.

Paulo Freire (1996), já havia exemplificado esse pensamento quando disse: “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Essa frase é de seu livro “Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa”, e evidencia que o professor, de maneira geral, não deve ser visto apenas como uma figura transmissora de conteúdos, e mais ainda quando falamos do processo de aprendizagem de crianças, que leva em consideração a sua função como sendo um mediador do conhecimento, e também uma figura responsável por criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento infantil.

6

Para obter os resultados esperados nesse processo, o caminho se encontra na formação docente, que por via de regra, se divide em duas partes: formação inicial e formação continuada. A formação inicial acontece durante os cursos de licenciatura e/ou pedagogia seguidos conforme orientações do Ministério da Educação (MEC) e da legislação brasileira. Essa fase compreende o conhecimento teórico, psicológico e didático que orienta a prática para lecionar no futuro. Já a formação continuada surge como uma necessidade de reflexão para que os professores consigam rever e revisar seus métodos e ampliar seus saberes, devendo ser compreendida como um processo constante de construção e aperfeiçoamento.

Ao falar sobre esse tema, é imprescindível que sejam destacados o processo das jornadas de trabalho dos profissionais da educação, pois por mais que existam avanços na legislação e nas políticas públicas, ainda é comum que encontremos desafios na vida dos docentes. Uma das principais problemáticas se relaciona com a desvalorização social da profissão. O professor por muitas vezes sofre com uma falsa ideia equivocada popularizada no passado, que diz que trabalhar com crianças é apenas “cuidar”. E tão desafiador quanto pensamentos errôneos, é

também a falta de infraestrutura adequada encontradas em salas superlotadas, espaços inadequados, falta de materiais próprios e até mesmo estruturas físicas inseguras, principalmente quando falamos sobre o sistema público de ensino. Além de todos esses percalços, é válido mencionar os baixos salários e a falta de um plano de carreira, que acaba por desmotivar e afastar cada vez mais o interesse de pessoas interessadas nesta área.

Como conclusão deste capítulo, se observa o pensamento de Freire:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho e intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1996, p. 29).

Essa forma de pensar de Freire (1996), revela a importância do professor nesse processo educativo, que precisa ser pesquisador da sua própria prática, investigando, problematizando e reconstruindo continuamente suas ações pedagógicas. E sem esquecer que para isso, deve ser valorizado e estimulado para exercer sua plena função.

IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO, DIVERSIDADE E EQUIDADE EM AMBIENTES ESCOLARES INFANTIS

No contexto da Educação Infantil, é importante discutir temas como inclusão, diversidade e equidade. Isso porque intimamente o processo de construção de uma sociedade mais democrática se interliga com a formação das crianças, uma vez que é no período da primeira infância que os pequenos começam a construir sua percepção sobre o outro e sobre a si mesmo. A convivência com a diversidade e a discussões de temas de relevância como estes, ainda mais nos primeiros anos de vida, contribuem diretamente para formação de seres mais empáticos e respeitosos.

De acordo com Gomes (2012), o exercício da diversidade nos ambientes escolares é um ato político e pedagógico, pois historicamente contribui para que preconceitos e desigualdades sejam combatidos. Na Educação Infantil, isso pode acontecer a partir de práticas educativas que reconheçam principalmente a pluralidade cultural, social e étnico-racial do Brasil, ao mesmo tempo em que respeitam a diversidade e identidade de cada criança.

O objetivo de trazer uma educação mais inclusiva e diversa, parte do princípio de que todas as crianças têm direito a aprender juntas, em ambientes comuns, e recebendo suporte adequado ao seu desenvolvimento. Mantoan (2015), diz que a inclusão não é somente inserir uma criança com deficiência no ambiente escolar regular, é necessário também uma

transformação nas escolas para que possa atendê-la e atender a todos, respeitando e abraçando suas singularidades.

Ainda se baseando nas ideias de Mantoan (2015), essa perspectiva não precisa ser vista como um assunto secundário, destoante, ou menos importante na Educação Infantil. Isso significa que a forma de ensino deve considerar as diferenças entre as crianças e garantir que todas sejam respeitadas, sintam-se valorizadas e pertencentes à escola. Também é fundamental entender que para que isso aconteça na prática, de forma verdadeira, não é bastante somente a boa vontade dos professores. São necessários investimentos do governo em políticas públicas, que os docentes tenham uma boa formação acadêmica para lidar com a diversidade durante as aulas, e que tão significativo quanto todos os pontos anteriores, é também a parceria forte na relação entre escola e a família.

DESAFIOS NA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL

Apesar de existirem muitos avanços legais com as leis que garantem o acesso à Educação Infantil no Brasil, como por exemplo a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB nº 9.394/96, inúmeras crianças ainda não se beneficiam desses direitos na prática, existindo uma diferença entre o que se está regulamentado e o que realmente acontece em creches e pré-escolas, principalmente quando falamos das unidades de ensino mais pobres e afastadas de zonas urbanas da cidade. Essa diferença na aplicação e na qualidade do ensino impede diretamente que todas as crianças tenham disponibilidade de conseguir acessar com plenitude uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida.

Pelas vivências nas salas de aula é possível observar que um dos principais relatos dos docentes de educação é a desvalorização profissional, com salários baixos e cargas horárias excessivas, que por muitas vezes excedem o padrão que é previsto em lei devido à falta de pessoal em instituições, comprometendo as condições de trabalho e a qualidade do atendimento às crianças.

A falta de vagas também é um problema recorrente por diversos cantos do Brasil, principalmente quando falamos de crianças de zero a três anos, as famílias, especialmente as mais vulneráveis encontram dificuldades em matricular os filhos em unidades próximas a suas casas. Além disso, em muitas escolas e creches a infraestrutura é inadequada existe uma precarização da parte física da escola, faltam espaços apropriados para brincar, juntamente a

materiais pedagógicos insuficientes e até mesmo de baixas condições de higiene. Que na teoria, em leis e regulamentações, deveriam ser exatamente o contrário. Essa realidade compromete significativamente o desenvolvimento pleno das crianças e prejudica sua experiência nos ambientes escolares, que precisam ser estimulantes e acolhedores.

Em uma análise maior, existem desafios relacionados aos núcleos familiares, que se apresentam frágeis em muitos contextos. Kramer (2007), destaca que a participação da família é essencial para tornar as práticas pedagógicas mais significativas, e isso leva a crer que o desenvolvimento educacional infantil também acontece com o resultado dessa parceria.

Nesse contexto, as políticas públicas voltadas à infância são essenciais, e a cada ano podem ser ampliadas com melhorias que considerem o cenário atual. Somente por meio de ações como estas, serão possíveis enfrentar os desafios e construir uma Educação Infantil de mais justa e de qualidade para todas as crianças brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise feita neste trabalho mostra que, embora o Brasil tenha avançado no reconhecimento das crianças como seres de direitos durante seu processo educativo, ainda existe um longo caminho para se percorrer na garantia das normativas na prática. A existência de documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB nº 9.394/96, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Base Nacional Comum Curricular, não garantem por si só uma educação de qualidade.

Os desafios, principalmente os voltados às desigualdades sociais, limitam o pleno desenvolvimento das crianças e comprometem os princípios da igualdade e da equidade. Além disso, a fragilidade na relação entre escola, família e Estado nos mostra a necessidade de um olhar atento para uma visão mais articulada e com capacidade de fortalecer a rede de cuidados, proteção e desenvolvimento à primeira infância.

Diante disso, e seguindo as percepções de Vygotsky (1991), o processo de aprendizagem ocorre nos encontros das relações sociais, e evidenciam a importância do convívio, do diálogo e da interação no desenvolvimento infantil. E para que isso aconteça é necessário ampliar e fortalecer as políticas públicas voltadas às crianças, investir na formação e na valorização dos professores, assim como também melhorar as condições estruturais das instituições de ensino. A escola deve atendê-los de forma justa, sem discriminação, valorizando sua criatividade, diferenças e potencialidades.

É necessário que os governantes, a comunidade, e as famílias caminhem juntos e se envolvam na defesa e na garantia dos direitos das crianças. Por fim, o tema aqui abordado é um campo que está sempre em constante construção, e entende-se que precisa ser aprimorado e fortalecido ao longo do tempo, para que todas as crianças brasileiras tenham acesso desde cedo, a um sistema educativo digno e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília, 2018 – Educação Infantil.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2010.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 1993.

KRAMER, Sonia. **Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie**. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 14 pgs., 2007. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/23857>>. Acesso em: 27 nov. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2015.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

PIAGET, Jean. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1971.

VYGOTSKY, Lev. **A formação**